

O que é a História ou quem é o historiador?

Neyde Theml

Pensando e repensando a temática — o que é história? — pareceu-me mais pertinente inverter a pergunta e interrogar sobre quem é o historiador hoje. Ao inverter a questão, aí sim, comecei a levantar algumas perguntas para reflexão, tais como: de que lugar social ele fala? Quais as falas dos saberes que circulam concomitantemente às dele? Como se constrói a autoridade destas falas? Como se entrelaçam estas falas? Como atravessam os textos uns dos outros? É pela autoridade de dizer a verdade que o historiador procura redefinir as práticas de seu ofício, revendo as matrizes teóricas e metodológicas com as quais até então ele dominava tão bem? Para quem fala o historiador? Qual o seu público? É evidente que não poderemos esgotar aqui todas estas questões, mas tentarei traçar os passos da minha reflexão.

Vivemos numa sociedade, falo da sociedade brasileira — especificamente do Rio de Janeiro — que ainda é uma cidade cosmopolita, tendo acesso às informações de todas as partes do Brasil e dos outros países através dos mais recentes tipos de veículos de informação. Vivemos numa sociedade e num tempo em que nós próprios, historiadores, ficamos atônitos com a alta velocidade, pluralidade e diversidade das mudanças em todos os níveis da sociedade e no interior de nós mesmos. A primeira certeza que temos é que não somos mais o que éramos mas não sabemos o que seremos. Daí, me parece as nomeações que nós próprios nos atribuímos: sociedade da incerteza, sociedade do medo, sociedade pós-moderna, sociedade da oralidade ou da imagem — do ver e do ouvir (imagens, sons, cores) —, sociedade pós-estruturalista, sociedade neo-liberal, sociedade mundial e outras.

Diante dessas condições que se acentuam a cada década, os historiadores atualmente repensam as propostas dos historiadores dos anos cinquenta até os nossos dias. Talvez, porque estejamos realmente numa situação totalmente nova ou, obstinados com a necessidade de mudanças,

nós próprios não temos palavras para nomear (ressalto que não sou nomista), os novos fenômenos sociais e, por isso, para marcar a nossa diferença, nos voltamos curiosamente aos saberes da Antigüidade grega procurando resolver algumas questões. É recorrente na historiografia o uso, por exemplo de: **éthos**, **tópos**, **trópos**, **kairós**, **kronós**, **phrónesis**, **tónos** e outros, com o mesmo sentido do grego clássico.

Os historiadores das décadas de cinquenta a oitenta já nos parecem como que tendo resolvido suas questões teóricas e metodológicas e, por isso, optaram pelas abordagens: 1º) os historiadores dos anos cinquenta, pela nova história econômica e pela história demográfica; 2º) os dos anos sessenta e setenta, pela história social. A produção da década de oitenta, no nosso entender, provocou os debates, que ora estamos envolvidos. Neste caso, refiro-me a Lynn Hunt (nova história cultural), Roger Chartier (história social da cultura), Natalie S. Davis, E. P. Thompson e, de uma certa forma, Hayden White e Dominic la Capra, redimensionando os conceitos marxistas de classe operária, discutindo as concepções estruturalistas que nos chegava pelo viés da lingüística e da antropologia. Desta mesma época, deve-se destacar o diálogo que fizemos com o filósofo Michel Foucault, o antropólogo Clifford Geertz e o arqueólogo Colin Renfrew.

É a partir da produção dos anos oitenta, referente às ciências humanas ou sociais, cibernética, informática, semiótica e, de uma certa forma, engenharia genética, que hoje conseguimos tecer um nó de “górdio” — no sentido de que é preciso para desfazê-lo da astúcia (**méthis**). Este nó, que precisamos desatar, foi sendo executado à medida que misturamos os fios da tessitura do nosso discurso com os meios de operacionalizar a nossa pesquisa. Por que me parece que misturamos? Por não termos atualmente explicitado determinadas questões: 1º) o agente social é individual, coletivo ou abstrato? (pessoas, heróis, grupos, seções de grupos, classes, estruturas, sistemas ou modelos?); 2º) como o passado é pensado ou percebido no presente e como remete ao futuro? Realmente só existe a eternidade do presente? Ou os quatro tempos braudelianos (curta duração, média duração, longa duração, duração secular) ou os mais dois de Emmanuel Wallerstein, o **kairós** (tempo da oportunidade de agir) e o **krónos** (**kronikós**, **kronikov** — tempo muito antigo, da descendência de Uranos)? 3º) as mudanças se apresentam através de conflitos, contradições, negociações, crises, colapso, caos ou silêncio (morte da memória coletiva e pessoal realizada pela seleção dos meios de comunicação de massa)? 4º) só através da lógica e das teorias, construindo sistemas e modelos, podemos explicar e compreender a sociedade atomizada como totalidade, sem dela fazer o agente social?

Estas questões obrigaram os historiadores, muito mais nesta década do que nas anteriores, a aproximar a sua abordagem e o seu objeto de pesquisa com os dos arqueólogos, antropólogos, linguístas, semiólogos e outros. Mas, este diálogo ainda se apresenta numa relação tensional entre manter a singularidade temporal e espacial que sempre foram as referências do historiador ou abandoná-las e seguir a via da universalidade e atemporalidade? Parece-me que os conflitos se dão mais neste aspecto de tempo — espaço e singularidade — do que no de totalidade do social.

Observamos esta espécie de perplexidade nos historiadores, quando analisamos alguns deles e percebemos suas preocupações. Roger Chartier (1996) começa um artigo citando o editorial dos *Annales* de março-abril de 1988: “*vivemos em tempos de incertezas, crises epistemológicas, (...) momentos críticos*”. Continua dizendo que: “*A reclassificação das disciplinas transformava a paisagem científica. Os paradigmas dominantes que se apoiavam no marxismo e no estruturalismo, assim como o uso confiado na quantificação perderam sua capacidade estruturante e o historiador parece ter perdido a sua base teórica e seus instrumentos de trabalho.*” David Harlan (1989) suscita uma discussão com a sua afirmação: “O retorno da literatura assumiu os estudos históricos no momento de uma grande crise epistemológica.” Neste debate, Chartier, no artigo já citado, acredita que houve uma ruptura provocada pelo desaparecimento dos modelos de compreensão dos princípios de inteligibilidade, que haviam sido comumente aceitos pelos historiadores ou, pelo menos, pela maioria daqueles nos anos setenta, pois aqueles não respondiam mais às novas propostas. Isto porque os historiadores apoiavam seus projetos primeiramente na aplicação, explícita ou implicitamente, do paradigma estruturalista tanto para as sociedades quanto para as contemporâneas. O historiador raciocinava em termos de identificar as estruturas e as relações, independentemente das percepções ou das intenções dos indivíduos. As estruturas e as relações sociais regiam os mecanismos econômicos, organizavam e engendravam as formas de discurso. Por esta razão, concebia-se que havia uma separação radical entre o objeto histórico e a consciência objetiva dos agentes sociais. Uma segunda exigência para o historiador era de submeter a sua pesquisa aos procedimentos do número, da série, da frequência e do percentual. Quer dizer, graças à quantificação, à construção de séries e aos tratamentos estatísticos, podiam-se formular rigorosamente as relações estruturais. O historiador supunha que a sociedade estava inscrita numa linguagem matemática e consagrava-se a estabelecer leis. Carlo Ginzburg chamou esta prática de saber galileano (a união entre estruturalismo e as matemáticas).

Não irei me deter nas críticas feitas a estes profissionais, tais como: se o que fizeram foi mera cartografia de singularidades, simples inventários ou se fundamentaram os princípios da ciência social na versão durkheimiana que procurava identificar as relações e regularidades sociais e, portanto, formular leis gerais. Nem mesmo me deterei nas outras práticas dos historiadores que levaram à seguinte observação de Michel Foucault “(...) *os historiadores haviam se liberado da idéia de realidade ou pelo menos compreenderam que os sistemas de relações que organizam a sociedade eram tão reais como os dados materiais, os físicos, os corporais e os percebidos pela imediatez da experiência sensível*”.

Sabemos, portanto, que os historiadores nos últimos dez anos, através de um constante diálogo com antropólogos, arqueólogos, sociólogos e teóricos da comunicação, propõem voltar o olhar para o indivíduo e para ele mesmo historiador, um anônimo na sua sociedade. A rede de relações que nós, historiadores, estabelecemos entre nós mesmos é curta e, entre os demais indivíduos da sociedade, é menor e pouco densa. O historiador, ao se voltar para repensar o indivíduo (ele mesmo o eu e os outros na sociedade), deslocou seu olhar das estruturas para as redes sociais, dos sistemas de posições para as situações vividas e das normas coletivas para as estratégias singulares.

A micro história italiana e, depois, a espanhola nos mostram estas mudanças do olhar e do interesse do historiador. Pressupõem que, a partir de uma situação particular e do “normal — excepcional”, podemos compreender a maneira pela qual os indivíduos produzem a sociedade: 1º) pelas suas alianças e os seus enfrentamentos; 2º) pelas dependências que os unem ou dos conflitos que os opõem. Segundo os italianos, o objeto do historiador não é a estrutura ou estruturas e nem os mecanismos que a regem. Alertam-nos que não se pode deixar de fora toda a intenção subjetiva. A abordagem deve ser feita através das relações sociais e das estratégias que os homens põem em prática no interior da comunidade. As parentelas, as famílias e os indivíduos são os focos da observação, elaborados a partir da sociedade e da cultura no que concerne aos desvios, discordâncias ou confrontos no interior dos diferentes sistemas de normas da sociedade e no interior de cada um desses sistemas. Sendo assim, ao invés de se pensar em regras impostas, passamos a pensar nos seus usos; ao invés de se pensar em condutas obrigatórias, observamos as decisões permitidas por recursos próprios de cada um, tais como: 1º) seu poder social; 2º) sua força econômica e o 3º) o seu acesso à informação.

Aquele historiador habituado a reconhecer hierarquias e construir coletivos (categorias sócio-profissionais, classes e grupos) se vê diante da

afirmação de um parceiro como Giovanni Levi (Annales ESC, 1989) que afirma “*nenhum sistema normativo está de fato tão estruturado que possa eliminar todas as possibilidades de eleição consciente*”. Isto significa que os sistemas são agentes sociais capazes de agir pela consciência. Neste caso, se deve reconstruir os processos dinâmicos, tais como: negociações, transações, intercâmbios e conflitos, e encontrar os espaços que permitam a ação do homem. Apoiado nesta perspectiva, o historiador pode compreender a mobilidade e a instabilidade das relações sociais e, ao mesmo tempo, encontrar os espaços abertos, onde se produzem as estratégias individuais.

Completando, o que agora já são as velhas certezas, o historiador toma consciência que seu discurso é uma narrativa — narrativa no sentido aristotélico, no dizer de Hayden White. É interessante observar que a narrativa para Aristóteles é um “*gênero demonstrativo, não contínuo, mas dividido em muitas partes em que é mister expor pormenorizadamente os atos que formam o fundo do discurso*”. Os conceitos de justa medida, de justiça, de provas, de ações passadas, de ação voluntária dos agentes da narrativa, de utilidade e verdade percorrem o texto de Aristóteles (*A Arte da Retórica XVI*) em relação à narrativa e à retórica.

Michel de Certeau, Paul Ricoeur, Jacques Rancière, Hayden White e outros puseram esta etapa do trabalho do historiador — o discurso — em discussão. Ora, se história é um discurso construído pelo historiador e esse discurso está preso a um gênero literário (à prosa e, mais estreitamente, à do tipo narrativo), logo o que fazemos é um tipo de saber ou ficção? Há propriedades específicas à narrativa do historiador diferentes daquelas do poema, da crônica e do romance? Hayden White diz que a narrativa histórica é do tipo explicativa. Por esta razão, aparecem nos textos figuras retóricas e as mais utilizadas pelo historiador seriam a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia. Outros autores, observando nos textos dos historiadores as constantes antropológicas que constituem as estruturas temporais da experiência e as constantes formais (aquelas que orientam os modos de representação e da narrativa da experiências), classificam a narrativa histórica em: história notação, história acumulativa e história-reescritura. Nesta mesma linha de pensar, que a história é um discurso narrativo, acaba-se por se conceber que a construção do sentido está separada de toda a intenção ou do controle subjetivo, isto porque o historiador cai nas malhas da língua que é automática e impessoal. Sendo assim, o nosso lugar de fala passaria para um espaço transcendental (Saussure e John Toews).

Uma outra via de se pensar o discurso do historiador é aquela que entende que a narrativa do historiador se submete às distinções: texto, contexto, intertexto ou intrateixo. Desta forma, nós entramos no espaço das “realidades sociais”, das expressões simbólicas e das práticas discursivas. Neste caso, se pensam língua, linguagem e fala. Uma outra abordagem desta mesma questão, é sair da produção do sentido, do contexto revelador de toda a sociedade, para entrar na concepção de liberdade total do sujeito na reflexão da ação e nas construções conceituais.

Ora já apresentei uma situação de confusão entre sujeito (historiador) e seu objeto. Agora, me parece que voltamos ao grande nó, que falávamos no início. O historiador, o eu, o seu objeto e o seu discurso se confundem com os meios de instrumentalizar as análises discursivas que ele mesmo havia recortado para abordar o seu objeto (temporal-espacial), que, por sua vez, correspondem aos mesmos meios de análise do seu próprio discurso no seu próprio presente. Neste momento, me vem a imagem de Édipo que, ao mesmo tempo, se transformou em filho, marido, pai e avô. Isso significaria que reatualizamos o passado? Reapresentamos o passado? Ou não há passado nem futuro mas eterno presente? Ora, o *mythós* é um outro nível de dizer a verdade.

Vivemos uma situação que devemos negar a “história dos acontecimentos”, o velho modelo positivista, a da velha “história estrutural e quantitativa”, os velhos modelos marxista e estruturalista, aceitando as afirmações de que com eles não nos afastamos de falsas aparências da narração. Por isso, devemos aceitar a aproximação com a literatura — da liberdade total — e transformamos o nosso discurso em fábula (mito, lenda, drama) e o tempo em sempre presente?

Reconstituindo a situação: na narrativa dos acontecimentos, eram os personagens e heróis que guiavam o enunciado; na narrativa das estruturas, eram as entidades anônimas e abstratas de temporalidade construída, hierarquizada e articulada que faziam com que o enunciado auto-explicasse um conhecimento controlado e verificado. Ora, se a história é um relato organizado a partir de figuras e fórmulas que mobilizam as narrações imaginárias, logo fica anulado a distinção entre história e ficção. Mas, nesta base de raciocínio, não estaríamos ligando a construção discursiva do social à construção social do discurso? Sobre esta questão poderíamos nos valer de um fala de Vidal-Naquet (1987: 148-9) quando afirma “*o historiador escreve esta escritura, que não é nem neutra e nem transparente. Modela esta escritura sob as formas literárias, certamente com figuras de retórica. Mas, quem se lamentará que o historiador tenha*

se tomado como objeto? Mas, se todas essas coisas ocorrem este discurso deixou de ser histórico?"

Chartier (1996: 32), mais ou menos na linha de Vidal-Naquet, nos diz que *"é preciso recordar que o objetivo de conhecer é constitutivo da intencionalidade histórica que se fundamenta em operações específicas do ofício do historiador: construção e tratamento de dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação — adequação entre discurso do saber e seu objeto. Se o historiador escreve em forma literária, ele não faz literatura por sua dupla dependência: dependência em relação aos arquivos, por tanto dependência com o passado do qual o arquivo é o vestígio"*.

Acredito que algumas certezas ainda nos restam em nosso ofício. Não é possível pensar o saber histórico como ligado à ordem do verdadeiro, no interior de um paradigma matemático-dedutivo. Mas, não podemos abdicar da intenção de verdade que fundamenta o discurso do historiador, enquanto conhecimento, de acordo com as etapas acima mencionadas, porque isto seria deixar livre as ficções e falsificações e alteraria as referências da memória coletiva e pessoal. Disto decorre uma nova certeza: não importam as abordagens, os novos objetos ou os novos problemas, caso mantenhamos os pressupostos de totalidade do social e de que o nosso estatuto está na ordem de um saber.

A memória coletiva ou pessoal é seletiva e tendemos a guardar preferencialmente experiências de prazer e de dor. Sendo assim, selecionei os historiadores que, diante dos embates que sofreram em sua época, me pareceram que foram capazes de encontrarem respostas seja no positivismo, no empirismo, no marxismo ou no estruturalismo. Não me parece que os conflitos que tiveram que enfrentar fossem maiores ou menores que os nossos, como tentei apresentar. Mas, a diferença entre eles e nós está num dado qualitativo: nós ainda não definimos projetos para o futuro capazes de nos identificar, de nos fazer acreditar e de nos envolver. O futuro está entre nós e oscilará de acordo com a maneira pela qual interrogaremos o passado, **kronós**, no sentido de tempo muito antigo, e **kairós**, no sentido de nossa **méthis** de captar aquele instante da oportunidade, aquele momento certo da decisão e, então, apontaremos para o futuro. Acredito que a pluralidade de caminhos e o nó que tecemos são positivos pois é através do debate que encontraremos o tempo da astúcia. Diante de todas estas questões, a liberdade de pensar deve ser sempre garantida.

Bibliografía

- CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard 1975.
- CHARTIER, Roger. "La historia hoy en día: dudas, desafíos, propuestas".
In: OLÁBARRI, Ignacio, CAPISTEGUI, Francisco Javier. *La nueva historia cultural: la influencia del postestructuralismo y el auge de la interdisciplinariedad*. Madrid: Editorial Complutense, 1996. pp 19-33.
- DARBO-PESCHANSKI, Catherine. "Fabriquer du continu (l'historiographie grecque face au temps)". *Storia della Storiografia* 28: 17-34, 1995.
- GINZBURG, Carlo. "Apontar e Citar. A verdade da História". *Revista de História*. Campinas. 2-3: 91-106, 1991.
- HARLAN, David. "Intellectual History and the Return of Literature". *American Historical Review* 94: 8-81, 1989.
- MOTTE, Olivier. "L'historiographie contemporaine des mondes antiques à propos de Wilamowitz-Moellendorff". *Storia della Storiografia* 28: 89-107, 1987.
- RANCIÈRE, Jacques. *Les mots de l'histoire; essai de poétique du savoir*. Paris: Seuil, 1992.
- RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1985.
- VATTUONE, Riccardo. "Oran ta legomena. Retorica e storia nella storiografia greca del IV sec. a. C". *Storia della Storiografia* 25: 3-22, 1994.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les Assassins de la mémoire. Un Eichmann de papier et autres études sur le révisionnisme*. Paris: La Découverte, 1987.